

Para esta edição, a Revista Outros Tempos entrevistou Dale Tomich, do Fernand Braudel Center, da Binghamton University, autor de referência para os estudos sobre a escravidão nas Américas. As perguntas foram elaboradas por Christian Cwik, Luiz Alberto Alves Couceiro, Rafael de Bivar Marquese e Rejane Valvano Correa da Silva.

OT - Como a sua formação na Universidade deu-lhe fôlego para uma perspectiva teórica e histórica ampla?

Dale Tomich - Penso que minha formação na universidade, como o resto da minha trajetória intelectual subsequente, não foi planejada. Foi uma série de respostas espontâneas a situações que fui encontrando. Entrei na Universidade de Wisconsin-Madison em 1964. Esta é a universidade pública do Estado em que nasci e cresci. É uma grande universidade com uma tradição reconhecida de ensino e pesquisa de caráter progressista. Ao mesmo tempo, 1964 foi o começo dos movimentos dos anos sessenta e setenta – o movimento por direitos civis no Sul, o movimento anti-Vietnã e o próprio movimento estudantil –, e Madison foi um centro importante dessas atividades políticas, tanto no nível intelectual quanto no de militância. Mas, na verdade, entrei na universidade sem ideia nenhuma do que ia estudar, como é bem possível no sistema universitário norte-americano, e sem muita perspectiva política. Minha situação mudou no fim do meu primeiro ano quando conheci o Professor Harvey Goldberg. Este foi professor de história europeia, com uma cultura humanista e política ampla e apaixonado pela história. Interessava-se pela história do movimento operário e a história do socialismo.

Goldberg foi a figura chave na minha experiência universitária. Foi ele quem me mostrou a história como uma maneira de compreender o mundo e me iniciou no ofício de historiador. Foi responsável por minha formação intelectual e orientou todo o meu programa de estudos. Acompanhei suas aulas avançadas sobre a história social europeia. Ele me ajudou a selecionar os outros cursos que fiz tanto na história quanto nas ciências sociais e, além dos cursos formais, organizou para mim uma série de leituras – incluindo a história econômica e social, a história dos movimentos sociais e a história de pensamento socialista.

Goldberg foi o responsável por outra experiência fundamental que determinou minha formação como historiador. Insistiu que eu participasse de um intercâmbio entre os departamentos de história de Wisconsin e a Universidade de Warwick na Inglaterra para estudar com E.P. Thompson. *A Formação de Classe Operária Inglesa* tinha sido publicado um pouco antes. Foi como se eu tivesse a oportunidade de entrar no atelier de um mestre historiador. Acompanhei o seu curso sobre a “Industrialização” e tive um “tutorial” com Thompson, com um grupo menor de alunos que se reunia para discutir com o professor. Foi uma experiência extraordinária para mim. A perspectiva do curso foi bem ampla e comparativa. Foi aí que li pela primeira vez o *Capitalismo e Escravidão* de Eric Williams. Uma de minhas colegas de ‘tutorial’ foi a historiadora feminista Anna Davin, até hoje uma grande amiga, que veio a ser uma das fundadoras da revista *History Workshop Journal*. Mas o que mais me marcou foi o poder intelectual e a personalidade de Thompson. Foi um semestre de interação intensa, trabalhando com fontes primárias. Thompson foi muito atencioso conosco, alunos de graduação. Levava-nos para acompanhar suas viagens de pesquisa e convidou-nos para sua casa em várias ocasiões.

Tinha um espírito generoso. Ficou em contato comigo e apoiou meu trabalho até sua morte em 1993.

Também, por causa das recomendações de Goldberg, estudei com o sociólogo Hans Gerth na Universidade do Wisconsin. Refugiado dos nazistas, Gerth, foi para mim, um representante da cultura alemã na época de Weimar. Homem de grande erudição, dominava a literatura, filosofia, pintura, cinema e música, além da sociologia. Foi assistente de Karl Mannheim na Alemanha e traduziu vários trabalhos importantes de Max Weber para inglês. Ele nunca se adaptou bem à burocracia acadêmica norte-americana nem à sociologia estrutural-funcionalista, dominante naquela época. Para nós, alunos da graduação, foi uma figura um pouco intimidante. Apesar disso, assistia sempre a todos os seus cursos e cheguei a conviver com ele fora da sala de aula. Passei muitas horas escutando e absorvendo o seu conhecimento. Foi com ele que aprendi a sociologia clássica, sobretudo a obra de Weber, com o seu fundamento histórico profundo.

Finalmente, Georges Haupt teve um papel fundamental na minha formação intelectual. Haupt foi historiador do socialismo e movimento operário. Militante desde a juventude, internado nos campos nazistas e com doutoramento na União Soviética, foi professor no EHESS em Paris e vinha para Madison para substituir Goldberg periodicamente. Haupt foi comprometido com uma visão aberta e democrática tanto do socialismo quanto da história. O seu trabalho caracterizou-se pela análise cuidadosa dos documentos primários como meio de liberar de distorções ideológicas a história de movimento operário internacional.

Minhas experiências na graduação com estes quatro professores, que tinham cada um à sua própria maneira um compromisso intelectual, grande erudição e perspectivas críticas e internacionais, estabeleceram uma fundação para o meu desenvolvimento subsequente. Eles me forneceram um conceito aberto, amplo, transnacional e comparativo de história tomada como uma forma de conhecimento orientada para a compreensão de problemas e não para a construção de narrativas especialistas e convencionais. Os meus estudos com eles concentraram-se no que nós chamamos hoje em dia “o longo século XIX europeu”, e levaram-me a um esforço para compreender as relações entre história e teoria, a examinar as estruturas sociais, o trabalho e os movimentos populares.

OT - Se a sua formação foi orientada para a história europeia e o movimento operário, como você se mudou para a história do Caribe, do mundo Atlântico e da escravidão?

DT - Então, na pós-graduação continuei trabalhando com Goldberg, com a presença de Haupt também. Participava ainda dos seminários de Gerth, até que ele recebeu uma cadeira na Universidade de Frankfurt na Alemanha. Na graduação me formei nos primeiros momentos do movimento de “new social history”, mas poucos anos depois esse movimento já tinha iniciado uma institucionalização acadêmica com a qual eu não me ajustava bem. Os temas preeminentes nessa área de pesquisa histórica eram então a destruição das comunidades de artesãos com a industrialização, a formação de sindicatos, greves, etc. Eram temas importantes, mas não me animava escrever uma tese sobre um desses temas.

Ao mesmo tempo, tive uma série de experiências que me orientou para a história da escravidão e do Caribe. Na época, trabalhava com Paul Buhle na produção de uma revista, *Radical America*. Fui influenciado pelos projetos da revista e pela rede de pessoas em torno dele. Um amigo surrealista, Franklin Rosemont, me chamou a atenção para a poesia de Aimé Césaire da Martinica, um dos fundadores do movimento da *négritude* e uma das figuras mais importantes nas lutas anticoloniais no Caribe. Na mesma época, organizamos um número especial da revista sobre o trabalho de C.L.R. James, autor do livro clássico *Os Jacobinos Negros* sobre a história da Revolução Haitiana, um pensador original que sintetizou o Marxismo, o Pan-Africanismo e o nacionalismo caribenho, mas era pouco conhecido naquela época, em 1970. Passei três dias com James preparando a coletânea de seus trabalhos. Finalmente, coordenei, junto com Eric Perkins e John Higginson, dois historiadores afro-americanos, a produção de outro número especial da revista sobre o movimento dissidente dos operários negros no interior da indústria automobilística em Detroit (*The League of Black Revolutionary Workers*). Para mim, a combinação destas experiências me abriu os olhos para uma história transatlântica, que ligava histórias que eu já conhecia, mas de uma maneira que até então eu não havia percebido. Estas experiências me apresentaram outra maneira de pensar a história do capitalismo.

Então, comecei a conversar com Goldberg, ponderando que eu queria escrever minha tese de doutoramento sobre o Caribe e escravidão. Tive a boa sorte de que meu orientador também se interessava pela história do colonialismo e das ilhas menores do Caribe. Decidimos que eu iria trabalhar com a Martinica. Escrevi meu mestrado sobre a política cultural de Césaire e o anticolonialismo, como maneira de iniciar na pesquisa sobre a história da Martinica e do Caribe. Também comecei a ler sistematicamente os trabalhos de Sidney Mintz, o grande intérprete do Caribe, cuja antropologia histórica afinava-se muito bem com as perspectivas de história social. Depois de fazer meus exames da qualificação em história europeia, fui a Paris para fazer pesquisas nos *Archives d'outre-mer* e preparar minha tese de doutoramento. Talvez pareça irônico hoje, mas nas universidades norte-americanas nos anos 50 e 60 (quer dizer, antes dos movimentos negros dos anos sessenta), a historiografia tratava a escravidão simplesmente como um problema de raça e racismo, em geral, estreitamente ligado à Guerra Civil. Em contraste, meu projeto pretendia utilizar todas as perspectivas teóricas e historiográficas que aprendi com a “new labor history”, para analisar a escravidão como um sistema de trabalho e o escravo como trabalhador. Mas a documentação do arquivo não me permitiu fazer o tipo de investigação que havia projetado. Para aproveitar as fontes disponíveis, tive que ajustar o foco do trabalho, passando a discutir principalmente os problemas da escravidão, do engenho de açúcar e do colonialismo.

Aproximei-me desta problemática através de uma perspectiva baseada em um triângulo teórico de historiadores: James, Eric Williams e Thompson. A partir de Williams, tomei como quadro para a análise a relação entre capitalismo e escravidão; de James, tomei como ponto de partida a modernidade da escravidão e do engenho de açúcar e, ainda, a perspectiva de encarar os escravos como trabalhadores coletivos; e de Thompson, tirei a ênfase na história como uma disciplina de contexto. Em contraste com a *Formação de Classe Operária Inglesa*, porém, meu trabalho não tratava da classe operária assalariada no país paradigmático da industrialização. Então, para estabelecer o contexto do meu projeto, busquei especificar a escravidão na Martinica num sentido

duplo: como as relações sociais da escravidão determinavam o processo de trabalho nos engenhos açucareiros da Martinica; e como entender um país dependente colonial dominado pela monocultura açucareira. Meu interesse foi investigar como estas duas dimensões analíticas determinavam-se. Por isso, minha tese inicia com uma crítica tanto das interpretações marxistas baseadas no conceito de modo de produção quanto das teorias de dependência da época, que me pareciam, umas e outras, abstratas e parciais. Busquei ir além destas duas perspectivas. Apoiei-me em Williams, James e Thompson para especificar a discussão de um ponto de vista histórico. O resultado foi uma história econômica e social da Martinica integrada à economia da França como formação colonial dependente. Nunca cheguei a publicar a tese de doutoramento. O livro sobre a Martinica, que publiquei anos depois, tem pouco em comum com a tese.

OT - É difícil não articular sua trajetória como pesquisador com o Fernand Braudel Center, na Universidade Estadual de Nova York, na cidade de Binghamton. Qual a importância desse ambiente de inovação científica e da agenda de investigações nele estabelecido, envolvendo nomes como Wallerstein, Arrighi, Hopkins e, mais recentemente, McMichael?

DT - Quando cheguei a Binghamton em 1976, não sabia muito sobre o programa. Essa nova oportunidade mudou a orientação do meu trabalho. Immanuel Wallerstein e Terrence Hopkins haviam organizado um espaço intelectual maravilhoso. Foi chamado Departamento de Sociologia, mas o projeto era mais o de construir uma ciência social histórica e unificada, focalizando problemas de longa duração e escala ampla. Tive colegas internacionais notáveis em várias disciplinas, tanto os colegas de tempo integral como os do programa inovador de International Adjunct Faculty: Giovanni Arrighi, Mark Selden, o próprio Georges Haupt, Perry Anderson, Walter Rodney, Catherine Coquery-Vidrovitch, Anna Davin e Aníbal Quijano. A ênfase foi de criar um espaço institucional para desenvolver abordagens inovadoras e críticas. O projeto do programa de pós-graduação não foi o de treinar os alunos profissionalmente, mas sim de empreender a sua formação intelectual. E os alunos de pós do mundo inteiro vieram para Binghamton. Então, foi um ambiente aberto, vivo, crítico tanto nos seminários quanto na pesquisa.

Tive responsabilidades significativas no programa de pós desde o começo. Por muitos anos ensinei o seminário “Sistema-Mundo Moderno” em conjunto com Wallerstein. Foi uma aprendizagem ótima para compreender a sua abordagem inovadora. Também foi através dele que comecei a apreciar Braudel, que na perspectiva dos historiadores sociais de esquerda, dos anos sessenta, era visto, simplesmente, como um historiador conservador. Também fui responsável pelo seminário “Estudos Teóricos,” que tratava de Smith, Marx, Weber e Polanyi para oferecer aos alunos um fundamento teórico comum. Estas experiências me ajudaram a assimilar as perspectivas novas do Departamento de Sociologia de Binghamton e aprofundar minhas próprias ideias em diálogo com os alunos.

Desde a minha chegada em Binghamton, pareceu-me evidente que a perspectiva da “economia-mundo” de Wallerstein superava as interpretações marxistas e não-marxistas convencionais tanto do capitalismo como da dependência e do subdesenvolvimento. Esta perspectiva oferece uma estrutura analítica totalizante e inovadora capaz de integrar diversas relações e processos econômicos e políticos num complexo espaço-temporal

coerente e unificado. Ao mesmo tempo, problemas de contexto e especificidade continuavam a me preocupar. As categorias gerais com que a perspectiva “economia-mundo”, em geral, vem associada me pareciam insatisfatórias. Quando cheguei em Binghamton, Philip McMichael estava terminando sua tese, um trabalho sobre a economia agrária na Austrália que foi um dos mais importantes do grupo de Binghamton e ainda hoje merece atenção, e que mais tarde foi publicado com o título, *Settlers and the Agrarian Question*. Phil tinha as mesmas preocupações que eu com a compreensão mais comum da perspectiva da economia-mundo. Formamos uma amizade e começamos uma discussão metodológica e teórica sobre o capitalismo mundial que continua até hoje. Outra pessoa importante para mim em Binghamton foi Terence Hopkins. Ele não publicou muitos trabalhos. Era, porém, um pensador original e, em especial, compreendia profundamente a originalidade da perspectiva do sistema-mundo. Terry Hopkins compartilhava generosamente com colegas e alunos a sua visão sofisticada dos pressupostos metodológicos da ciência social histórica. Foi um grande amigo, que sempre me apoiou bastante. Passei muitas horas na casa dele, discutindo problemas de método e teoria, tentando estender a perspectiva da “economia-mundo” em novas direções, principalmente no que diz respeito aos estudos da escravidão e das histórias locais.

O resultado dessas experiências e diálogos pessoais e intelectuais foi a decisão de refazer todo meu trabalho anterior – através de uma crítica metodológica e teórica dos pressupostos de minha própria tese de doutoramento. Decidi reinterpretar o problema da escravidão na Martinica a partir da perspectiva da economia-mundo, mas, ao mesmo tempo, reinterpretar a economia-mundo do ponto da vista da história da Martinica. Recorri ao conceito de um circuito do açúcar como mercadoria para estabelecer o fio organizador que me permitiu integrar mercado e produção e, ainda, reconstruir o complexo açúcar-escravidão na Martinica no interior da pluralidade espaço-temporal constituindo a economia-mundo capitalista. Desta maneira, tentei abrir espaços para pensar as relações de determinação mútua “global-local” de modo a revelar a complexidade e a especificidade dos processos históricos que formam e reformam a economia-mundo.

OT - Suas experiências no Brasil, como pesquisador e professor, além da vida particular que se formou a partir delas, marcaram suas propostas analíticas. Isso é nítido em seus artigos. Em que medida o diálogo com cientistas sociais e economistas brasileiros renderam alguns dos fundamentos do conceito de segunda escravidão?

DT - O projeto de refazer e reinterpretar o trabalho que havia feito sobre a Martinica na tese de doutoramento foi articulado no Brasil. Depois de chegar em Binghamton, tinha a grande sorte de conhecer Sidney Mintz pessoalmente. Apesar de ser um grande erudito do Caribe, Mintz é um homem generoso e humilde. Ele se interessou por minha pesquisa e me recomendou para uma bolsa de Fulbright. Passei 1982-1983 no Brasil. Mais uma vez, foi uma experiência transformadora, que mudou a direção de meu projeto. Aquele momento foi o começo do fim da ditadura e um momento de explosão social e cultural, além de política. Tive a sorte de passar o segundo semestre de 1982 na UNICAMP, trabalhando com o grupo de “história do trabalho.” Além das minhas atividades na universidade, os movimentos sociais daquela época me interessaram, sobretudo o movimento operário de ABC Paulista e a formação do PT. Também comecei a

compreender e a acompanhar o futebol. Fiquei impressionado com a Democracia Corinthiana e fui assistir todas as partidas possíveis de Sócrates e do Timão. No primeiro semestre de 1983, mudei-me para o Rio de Janeiro, para trabalhar junto ao departamento de História da UFF e fiz ainda algumas viagens para dar cursos pequenos nas universidades de Curitiba e Salvador. Tive a oportunidade de conhecer várias partes do Brasil e entrar em contato com muitos intelectuais brasileiros. Foi a experiência mais estimulante na minha vida. Apaixonei-me pelo Brasil, que passou a ser o foco da minha vida pessoal e intelectual a partir daí.

Durante este primeiro ano no Brasil, li a historiografia brasileira, sobretudo sobre a escravidão, os sociólogos ligados à USP (da escola de São Paulo), os teóricos brasileiros de dependência. *Slavery in the Circuit of Sugar* foi escrito no Brasil, em diálogo com a historiografia e ciência social brasileira – e também em diálogo com o monumental *El ingenio* de Manuel Moreno Fraginals e vários clássicos cubanos. Entre os brasileiros, os que mais me influenciaram foram Antônio Barros de Castro, que já conhecia desde Binghamton, e Maria Sylvia de Carvalho Franco. Os dois tinham escrito livros importantes sobre capitalismo e escravidão no Brasil e foram críticos do dualismo que caracteriza as teorias de modos de produção e dependência. Também me ajudaram a entender a importância da história do açúcar para entender a escravidão. Até hoje digo aos meus alunos que os pesquisadores da escravidão não prestam atenção ao que os escravos produzem e os pesquisadores do açúcar parecem não tomar conhecimento de que este é produzido por escravos. No livro sobre a Martinica que publiquei no início dos anos 90, a leitura da escravidão através do açúcar me serve como recurso para integrar as relações sociais com os processos materiais de produção. Esta estratégia permite uma análise mais complexa da totalidade de relações formando a escravidão e permite, ainda, a especificação histórica tanto das relações locais como dos processos de economia-mundo.

A versão final de *Slavery in the Circuit of Sugar* sintetiza todas estas experiências. Tentei evitar o modelo típico dos livros “Açúcar e escravidão em ...” que costumam ter a mesma estrutura analítica, tratando dos mesmos assuntos e variam simplesmente no que diz respeito ao conteúdo empírico. Estes livros estão organizados no *plano horizontal*, com o pressuposto de que cada país açucareiro-escravista é uma unidade integrada e fechada, com uma história interna, que se liga ao resto do mundo como se este fosse externo. Ao contrário destes trabalhos mais típicos, não quis tratar de todos os assuntos que neles costumam ser discutidos. *Slavery in the Circuit of Sugar* articula o complexo açúcar-escravidão em um plano *vertical*. Para fazer isso, enquadrei as relações escravistas como internas às relações de mercadoria do açúcar. As relações de mercadoria são transnacionais e compreendem a produção, distribuição, troca e consumo. Por isso, a estrutura de *Slavery in the Circuit of Sugar* passa de uma discussão do mercado mundial e da divisão internacional de trabalho do açúcar para a consideração do mercado francês do açúcar, e daí para o complexo açúcar-escravidão na Martinica. Este é tratado tanto do ponto de vista técnico-material quanto do ponto de vista das relações sociais de escravidão. Desta maneira, é possível ir além das abordagens das teorias do modo de produção ou dependência para integrar as relações do mercado mundial e da produção escravista em uma estrutura unificada. Esta estratégia analítica realiza o que podemos chamar de uma “especificação dupla.” Por um lado, permite a reconstrução de diversos processos temporais e das relações espaciais que formaram e reformaram o complexo

açúcar-escravidão na Martinica como parte da divisão internacional do trabalho, e que distinguem a Martinica de outras ilhas açucareiras. Por outro lado, esta especificação da Martinica revela as relações espaço-temporais históricas que constituem a economia-mundo e contribuem para especificar, ao mesmo tempo, a economia-mundo. Acho que o valor de *Slavery in the Circuit of Sugar* é de apresentar um método unificador capaz de compreender a economia-mundo como uma totalidade espaço-temporal complexa, reconstruir e contextualizar complexos de relações locais específicas dentro dessa totalidade. Este método abriu caminho para novas interpretações. Aqui quero salientar dois pontos: primeiro, a ênfase na produção do espaço produtivo revelou que o maior obstáculo à inovação técnica foi a estrutura rígida do engenho martinicano, espacialmente e tecnologicamente, e não, ao contrário de uma interpretação ainda muito corrente, a suposta incapacidade técnica dos escravos; em segundo lugar, o trabalho escravo não foi nem arcaico nem atrasado. As pressões do mercado mundial intensificaram o trabalho dos escravos e impulsionaram até os limites as relações sociais da escravidão. Estas pressões desencadearam uma resistência forte por parte dos escravos. Na verdade, foi só depois de reconstruir a estrutura produtiva do engenho e as tentativas de reformá-la, que compreendi que as fontes que havia encontrado documentavam uma luta dos escravos contra o dia de trabalho, e não uma resistência generalizada contra os senhores.

O conceito da “segunda escravidão” já estava implícito em *Slavery in the Circuit of Sugar*, mas eu mesmo não me dei conta disto imediatamente. Entretanto, quando comparei Martinica e Cuba no interior do modelo teórico que havia construído, o alcance do conceito ficou mais bem esclarecido. Todas as inovações técnicas na fabricação do açúcar de século XIX foram introduzidas primeiro na Martinica e só depois em Cuba, mas na Martinica nada deu certo. Em Cuba (apesar de Moreno Fraginals haver insistido que trabalhadores escravos não conseguiam lidar com as novas máquinas) elas transformaram o espaço produtivo da ilha. Refletindo sobre isso um pouco, ficou claro para mim que a zona cafeeira do Vale do Paraíba e a zona algodoeira do Sul norte-americano foram exemplos do mesmo processo. Estas são novas fronteiras de produção escravista e foram parte integral da formação de uma nova divisão de trabalho mundial pós-industrial e pós-colonial e da expansão espacial, material e econômica da economia-mundo no século XIX – e ao mesmo tempo o outro lado da moeda da crise da antiga escravidão colonial. O conceito de segunda escravidão implicava a amplificação da escala de produção escrava, a integração desta com novas tecnologias de produção e transporte e a intensificação do trabalho dos escravos. Tudo isto aconteceu em um contexto novo: a hegemonia britânica sobre a economia-mundo havia se afirmado, o liberalismo estava em ascensão e também os movimentos e políticas abolicionistas. Para além do conceito, a segunda escravidão implica uma nova perspectiva teórica e historiográfica que chama atenção para os processos que constituíram e reconstituíram no tempo e espaço a escravidão como relação substantiva e histórica.

A conceituação do “segunda escravidão” me obrigou a trabalhar com um espaço histórico mais amplo e tratar de uma maior variedade de assuntos. Na época comecei a dar seminários sobre “História Atlântica e Economia-Mundo” com minha colega Catherine Coquery-Vidrovitch, em Binghamton. Ao mesmo tempo, comecei a escrever uma série de ensaios para estabelecer fundamentos para a nova perspectiva. Alguns destes foram publicados no Brasil na coletânea *Pelo prisma de escravidão*. O outro momento-chave para mim foi o seminário que apresentei na USP em 1998. Um dos meus

alunos foi o Rafael Marquese. Ele me explicou o seu projeto de pesquisa, que foi publicado mais tarde com o título *Factores do Corpo, Missionários da Mente*. Sua análise da administração do trabalho escravo ajusta-se perfeitamente com os pressupostos da segunda escravidão. Por sua parte, Rafael entendeu imediatamente o que estava tentando fazer com o conceito da segunda escravidão. Começou aí a nossa colaboração, que continua até hoje.

OT - Nesse mesmo contexto, você e Richard Lee lançarão livro inédito, em coautoria, além de republicar a sua esgotadíssima tese de doutorado sobre o capitalismo internacional constituído a partir da escravidão e da produção na Martinica. Você pode comentar esses novos projetos, bem como a importância da formação da rede internacional de pesquisadores sobre segunda escravidão para alavancar novas perspectivas acerca da compreensão da construção do capitalismo como sistema internacional?

DT - A perspectiva da segunda escravidão implica um projeto abrangente que permite amplificar e renovar os rumos que a primeira geração de estudos na linha de economia-mundo capitalista abriu. É uma tentativa de intervir na crise atual das ciências sociais. Por um lado, as mudanças sociais, políticas e econômicas da chamada “globalização” exigem novas perspectivas históricas, novos métodos e novas categorias analíticas. Estamos longe do “fim da história”, mas temos que repensar tanto a história quanto a maneira como pensamos sobre ela. Por outro lado, desde o fim dos anos 70, os estudos de grande escala e longa duração de economia, de política, de ação social coletiva ficaram **um pouco** fora de moda e têm atraído pouca atenção (apesar de nosso mundo ter passado por transformações político-econômicas profundas nesse mesmo período). Precisamos nos reconectar com o pensamento anterior da história e das ciências sociais, que está hoje marginalizado, para avançar. Também, precisamos ligar uma perspectiva como a da segunda escravidão a outros tempos e outros espaços da economia-mundo.

Para contribuir com esse esforço, a perspectiva da segunda escravidão precisa se desenvolver através de estudos particulares e especializados e também trabalhos de síntese. E ainda mais importante, deve haver um diálogo entre estes dois tipos de estudos. Por esse motivo estamos tentando coletivizar a discussão, aproveitando a Internet.

Estabelecemos uma rede internacional para discussões sobre a segunda escravidão. Integra sessenta pesquisadores no Brasil, Cuba, Porto Rico, Estados Unidos, Canadá, Irlanda, Inglaterra, França, Alemanha e Espanha. A rede tem um modelo semelhante ao de uma empresa online. Tem uma estrutura flexível organizada de acordo com o seguinte princípio: se a rede reúne pesquisadores dedicados a trabalhar nesta área, vai fazer aumentar o poder coletivo do grupo, mesmo quando vários trabalham sozinhos em projetos individuais. Em momentos-chave podemos mobilizar nossos recursos para objetivos particulares. Como resultado deste modelo, na rede há um intercâmbio de ideias e os trabalhos individuais são orientados para a discussão coletiva. Mas também conseguimos participar coletivamente em vários congressos, organizamos nossos próprios seminários e conferências, publicamos vários artigos e livros coletivos e individuais.

Também estamos tentando contribuir para o trabalho do Fernand Braudel Center, da Binghamton University. O diretor do Centro, Richard Lee, realizou um bom trabalho

para continuar a tradição estabelecida por Immanuel Wallerstein e pelo grupo de Binghamton. Lee entende bem como o projeto da segunda escravidão contribui para a renovação desta perspectiva. O Centro abrigou várias conferências internacionais, seminários, e outros eventos ligados às atividades da rede e ao tema da segunda escravidão. Lee abriu as páginas de *Review* (a revista de Centro que graças a ele é hoje disponível em J-Stor) para artigos e números especiais sobre os temas da segunda escravidão. Também estabeleceu The Fernand Braudel Center Studies in Historical Social Science, uma série de livros publicado por The State University Press. Está publicando vários livros coletivos e individuais sobre a segunda escravidão, inclusive a segunda edição revista de *Slavery in the Circuit of Sugar*. (Como tentei precisar antes, este livro sobre a Martinica, apesar de nascer de minha tese de doutoramento, tem pouco em comum com ela. O livro de fato está esgotado. A tese nunca foi publicada, mas ainda deve estar acessível em bibliotecas como microfilme, o que é a regra quanto as teses de doutoramento nos Estados Unidos). Richard Lee e eu estamos preparando juntos uma coletânea sobre os pressupostos metodológicos da perspectiva do sistema-mundo. Esta ênfase na importância do método é parte também da revisão de *Slavery in the Circuit of Sugar*, que vai ser publicada em breve. Creio que um dos motivos da recepção negativa do trabalho de Wallerstein é que os críticos se aproximam de seus argumentos justamente através das lentes das perspectivas que ele estava criticando. Por isso, nunca conseguem entender os pressupostos de seu trabalho. Para concluir, quero enfatizar que a reflexão sobre problemas de método é fundamental tanto para a reapropriação crítica das teorias de mudança social em grande escala, quase desconhecidas hoje, quanto para abrir rumo para perspectivas teóricas adequadas para o futuro.